

Bibliografia decolonial contra ementas hegemônicas: estratégia da negritude ante violências acadêmicas

Decolonial Bibliography Against Hegemonic Syllabuses: Strategies of Blackness in the Face of Academic Violence

Monique dos Anjos

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

m203031@dac.unicamp.br

<https://orcid.org/0009-0005-8954-7129>

Resumo: De obras decenárias como *A (des)educação do negro* (WOODSON, 1933), aos textos contemporâneos das pensadoras negras bell hooks e Grada Kilomba, epistemologias produzidas por corpos dissidentes – em especial mulheres afro-diaspóricas – apresentam reiteradamente evidências de que não há neutralidade na ciência e tão pouco nos ambientes acadêmicos. Dado os mecanismos para manutenção da universidade como um espaço branco, racista e elitista, às discentes negras são exigidos esforços extras para obtenção do título de mestra, uma vez que somos obrigadas a nos manter em vigília contra opressões interseccionais. A fim de refletir acerca da presença de corpos não brancos nos programas stricto sensu, faço uma interpretação fenomenológica de episódios racistas vivenciados em meu mestrado. Se a negritude nunca esteve refletida nas ementas oficiais, foi a partir de um arcabouço decolonial e da formação de alianças que pude

encontrar caminhos contra o racismo que me permitiram, além de adentrar, permanecer em boa companhia.

Palavras-chave: racismo no mestrado, negritude, branquitude, mulheres negras, relato de pesquisa

Abstract: From decades-old works like *The Mis-Education of the Negro* (Woodson, 1933) to contemporary texts by Black thinkers such as bell hooks and Grada Kilomba, there is repeated evidence that there is no neutrality in science, nor in academic environments. Given the mechanisms that maintain the university as a white, racist, and elitist space, Black female students are required to make extra efforts to obtain a master's degree, as we are forced to remain vigilant against intersectional oppressions. In order to reflect on the presence of non-white bodies in *stricto sensu* programs, I offer a phenomenological interpretation of racist episodes experienced during my master's studies. If Blackness was never reflected in the official curricula, it was through a decolonial framework and the formation of alliances that I found ways to combat racism that allowed me not only to enter but also to remain in good company.

Keywords: racism in graduate school, Blackness, whiteness, Black women, research report

Introdução

Assim como Gloria Anzaldúa em *Falando em línguas* (1981), mas escrevo esse relato de pesquisa porque não tenho escolha, para registrar o que os outros apagam quando falo e também para me salvar da complacência que me amedronta (ANZALDÚA, 1981, p. 169). Escrevo, desde criança, para me distanciar do que fere e para eternizar aquilo que me contempla. Minha

dissertação para obtenção do título de mestra em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJOR), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) é onde eu realizo um pouco dos dois: do expurgar aquilo que violenta e do registrar o que acalanta. Contudo, seria insuficiente apresentar minha pesquisa sem antes contextualizar brevemente as escolhas que me levaram até ela. Coincidentemente ou não, trazer à tona meu passado estudantil permite um vislumbre das escolhas acadêmicas - nunca neutras - e da relação que eu tenho enquanto pessoa negra com os sistemas educacionais em si. Assumo o risco de este texto ser considerado ensimesmado (HALMOS, 1973)¹ e me antecipo afirmando que narrativas referentes ao racismo, por mais particulares que possam parecer, carregam consigo a capacidade de remeterem a experiências vividas coletivamente (EVARISTO, 2017). Este documento é, portanto, parte ensaísta, parte relato de pesquisa, mas, principalmente, um artigo onde a prática da escrevivência de Conceição Evaristo é utilizada a fim de mergulhar no que é íntimo para atingir o que é público. O uso da autobiografia sobre o qual Saidiya Hartman tão bem dissertou, é uma maneira de se opor à violência da abstração, trazendo à tona uma história capaz de produzir envolvimento por espelhar processos sociais e históricos (2008). Há que se considerar também a influência da metodologia de Grada Kilomba, aplicada em seu livro *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2020) e reproduzida neste documento, no que tange o uso da interpretação fenomenológica de minha própria biografia. O que pode parecer, à primeira vista, um relato estritamente pessoal é usado neste espaço como forma de debater as situações vividas no âmbito universitário específico em que me encontrei durante o mestrado de 2022, com término em 2024, sendo uma mulher negra, de quarenta e dois anos, até então fora dos círculos acadêmicos e incauta quanto a profundidade das violências raciais desse meio. O método fenomenológico tem função, por conseguinte, de não apagar o particular, na busca vã pelo universal (FANON, 2020). E assim o faço, pois, preservar o

¹ Para o matemático estadunidense Paul Halmos (1973) a escrita em primeira pessoa denotaria um certo egocentrismo, afastando a pesquisa da neutralidade científica

discurso de grupos subalternizados, sem a tentativa de classificá-los em expressões e conceitos pré-determinados é uma poderosa estratégia para descolonizar o conhecimento, posto que vai na direção oposta à erudição dominante branca (KILOMBA, 2020, p. 90).

Intenciono, com isso, discutir os caminhos para enfrentamento de violências comuns à trajetória universitária de pessoas não brancas, uma vez que historicamente essas instituições carregam consigo o estigma e a prática de ações racistas, elitistas e segregadoras (BEZERRA, FARIAS, JUNIOR, SANTOS, SANTOS & VALÉRIO, 2021). Além de reunir obras denunciantes da opressão da branquitude na sala de aula e seus arredores, capazes de oferecer mecanismos de defesa e reparação, paulatinamente, proponho uma forma radical de existir na academia que não tome a pessoa branca como referência para o que pode ou não ser feito (FANON, 2020). A chave de virada é que passemos a habitar esses e quaisquer espaços não como outros, mas enquanto sujeitos determinantes da nossa jornada. Esse é um pensamento imprescindível para que o desgaste não venha pela comparação em atingir metas que não se referem a nós. Sejamos duas vezes melhores? Melhores que quem? E melhores sob quais parâmetros? É preciso nos liberarmos da necessidade de desenvolver uma relação conosco através da presença alienante do “outro”, no caso, o branco (HALL, 1990). E por mais que esse seja um processo doloroso e que exige mais consciência do que letramento racial, é ele quem nos leva a tornar-nos negras e negros de fato (SOUZA, 1983).

Escrevivências sobre as escrevivências

Se hoje, passados vinte anos da implementação da Lei Federal 10.639, de 9 de janeiro de 2003, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana ainda é negligenciado. Nos anos 1980 as violências vinham embrulhadas num misto de silêncio e soberba por parte dos professores quanto às questões raciais (CAVALLEIRO, 2000). Ter estudado em um colégio particular (e islâmico) na zona leste da cidade de

São Paulo durante esse período de negação do racismo e convivência de educadores aos atos discriminatórios teve grande impacto em minha formação. Os livros de História retratavam homens e mulheres parecidos comigo de forma preconceituosa, enviesada e reduzida ao papel na escravidão (NASCIMENTO, 2021). Como então eu poderia ver em mim algo de bom, se tudo que remetia ao negro era ruim? Em contrapartida, naquela época não existia o racismo de hoje. Quer dizer, obviamente existia. Mas não era nomeado, nem tinha forma concreta ou quem o reconhecesse como tal. Era o típico racismo à brasileira, de acordo com a definição de Kabengele Munanga (2010). A democracia racial era uma verdade assumida por todos, o que impedia sequer a indagação de que certas atitudes estavam pautadas pela raça (MUNANGA, 2010).

No ensino médio, a intersecção entre gênero, raça e classe (menos pela condição dos meus pais e mais pela localidade periférica da escola técnica estadual onde cursei Secretariado) fez de mim uma aluna estereotipada a quem nenhum professor considerou conhecer. Confesso, porém, que não fui exatamente exemplar. Descobri tardiamente as palavras de bell hooks² (2013), de que é necessária toda uma sala de aula, ou seja, alunos e professores, para que seja possível transgredir as rígidas normas opressoras e se passe a falar sobre um ambiente onde a aprendizagem floresce.

Dado o histórico escolar dos meus pais: ele formado em Engenharia Mecânica e Administração, ela em Direito, a dúvida nunca foi cursar ou não universidade. O ponto sequer era propriamente o curso, mas onde eu poderia equilibrar carga de oito horas de trabalho morando no final da linha vermelha do metrô paulistano e com um salário enxuto. Optei por uma universidade particular com preço acessível e que não exigisse grandes esforços no vestibular para estudar Comunicação Social. Se na escola pública anterior nós, negras, éramos maioria, naquele ambiente privado só tive duas colegas de classe pretas

² A identificação da escritora bell hooks é feita em letra minúscula a partir de uma reivindicação da própria autora. O nome utilizado para assinar seus estudos é uma homenagem à avó, e grafado em letra minúscula como manifestação política que propõe o distanciamento do indivíduo, exaltando a obra realizada e não de quem está por trás dela.

e um único professor da mesma cor. Me culpei anos a fio pela incapacidade de sequer ter tentado concorrer a uma vaga nas universidades consideradas de elite onde, apesar de ser de graça, só os ricos estudavam. A essa altura, afinal, as cotas ainda não eram uma realidade implementada e Prouni, apesar de sua excelência, escapou do meu conhecimento. De um jeito ou de outro, dificilmente eu teria assumido uma postura Ruby Bridges³, caso as vagas afirmativas fossem uma possibilidade. Em geral, as primeiras pessoas negras a chegarem são sempre as únicas. E se abrir caminhos permite que outros cheguem com mais facilidade, ser pioneira deixa marcas na pele de quem segurou o facão e rompeu a mata sozinha. Salvo as devidas diferenças de localidade e formação social entre Estados Unidos e Brasil, por aqui a inserção de negros no sistema educacional foi um processo conquistado com a mesma estratégia de penetração no que tange a participação de movimentos negros organizados (BEZERRA, FARIAS, JUNIOR, SANTOS, SANTOS & VALÉRIO, 2021), reivindicadores de política públicas.

Apesar de ser um processo legítimo de reparação histórica amparado por lei, as cotas – principal medida a possibilitar a entrada de jovens negros e negras na universidade – ainda são questionadas pelo fantasma da meritocracia, fomentando a intersecção do racismo, classismo e opressões de gênero (TAVARES, 2012). No entanto, tal qual ocorreu com Bridges, a garotinha estadunidense que não cedeu aos gritos raivosos e ameaças, tornando-se ativista, escritora e presidente da fundação que leva seu nome em prol da dissolução de desiguais estruturais, a força anti-negritude não conseguiu anular a potencialidade dessa experiência como um vetor para ascensão pessoal e profissional de estudantes afro-diaspóricos (BEZERRA, FARIAS, JUNIOR, SANTOS, SANTOS & VALÉRIO, 2021). Um material que elucida bem a questão, indo além das estatísticas que contrariam as previsões pessimistas de baixo desempenho e declínio da qualidade do

³ Ruby Bridges foi a primeira menina negra do sul dos Estados Unidos a pisar em uma escola só para brancos em 1960, em um período de segregação e resistência racista contra a presença de pessoas negras nos mesmos espaços estudantis.

ensino⁴ é a obra *Reafirmando Direitos: trajetória de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro*, organizado por Rodrigo Ednilson de Jesus (2019). O texto reúne relatos sobre participação em eventos acadêmicos para melhor familiarização com a rotina estudantil, até formação de alianças com grupos de assistência para oferecer apoio a outros alunos em situação similar. Nota-se que, apesar dos desafios comuns às pessoas racializadas, como dificuldade de mobilidade urbana, falta de retaguarda financeira e experiências de discriminação, esses estudantes encontram na universidade uma chance de ressignificação identitária que as aproxima de uma melhor compreensão de si (JESUS, LIMA, PASSOS, REIS, RODRIGUES, SANTOS, VIDEIRA, 2019). Não posso dizer que o mesmo ocorreu comigo durante o ensino superior. Esse entendimento da minha raça como força propulsora para aquilo que não me era oferecido nas instituições de ensino viria anos mais tarde, ainda que também por meio dos estudos. Concluindo a narrativa sobre a experiência no ensino superior que tive, me graduei com nota máxima da banca em um trabalho coletivo sobre a Editora Abril e a história por trás do lançamento de suas revistas. Ainda assim, o pensamento de que eu era intelectualmente inferior seguiu acompanhando-me tal qual um band-aid mal pendurado em uma ferida. Somente anos mais tarde me dei conta: gênios inquestionáveis não existiam e as universidades que pairavam no meu imaginário como verdadeiros reinos não passam de agrupamento de prédios. A imagem de adoração da tal academia finalmente dava lugar à realidade.

⁴ Pesquisa publicada em 2007 que avaliava entrada, desempenho e permanência de alunos negros da Universidade Federal da Bahia chama atenção para o aumento progressivo da adesão de pretos e pardos assim como das notas de corte dos exames vestibulares. No mesmo estudo, concluiu-se que em 32 dos 57 cursos de graduação da universidade, os estudantes cotistas obtiveram notas iguais ou superiores às dos estudantes não cotistas (QUEIROZ, SANTOS, 2007)

As regras do jogo e a interferência da cor

Em 2022, dois anos após o auge da pandemia da Covid-19, decidi retomar a vida acadêmica como forma de sistematizar os estudos informais que vinha realizando sobre raça e negritude. Passei com a segunda maior pontuação no meu mestrado atual e o digo não com soberba, mas para mostrar como o racismo faz com que questionemos nossa capacidade, mesmo quando a lógica mostre o contrário (FANON, 2020). Contudo, mais difícil que ser aprovada foi aprender as regras desse novo jogo onde diferentes processos discriminatórios ditavam quem sairia vencedor.

Vim a saber: é de praxe frequentar a disciplina dada pelo seu orientador. Seja ele bom ou não, tenham vocês um bom relacionamento ou não. Quer você queira ou não; busque informações e tire conclusões sozinha/o sobre quais eventos frequentar e onde formar alianças. Você, afinal, é uma pessoa adulta. A academia não existe para ensinar como ser acadêmica/o; aprenda todas as fórmulas de composição de uma dissertação – não estamos falando de ABNT, muito embora poderíamos – , para então ter a permissão de quebrá-las. Do contrário sua escrita poderá ser taxada como acientífica, pessoal demais ou não objetiva (KILOMBA, 2020); saiba a predileções de pensadores de uma ou outra universidade, muito embora eles não se importem em ignorar contribuições como as de Lélia Gonzalez, Neusa Santos Souza, Beatriz Nascimento, Grada Kilomba, Ruha Benjamin, Deboleena Roy, Kabengele Munanga ou Franz Fanon, para citar alguns; acate a sugestão corporativista do seu orientador quanto às indicações para banca, mesmo que isso signifique uma qualificação excruciante em vez de esclarecedora e informativa. Por fim, dê conta de tudo com uma bolsa que não paga suas despesas e te obriga trabalhar clandestinamente enquanto organiza eventos estudantis e concilia sua pesquisa, já que provavelmente alguém com um salário dez vezes maior que sua renda espera nada menos que isso de você. Enfim, sofra e sangre durante seu percurso como pesquisadora ou pesquisador, como se a dor engrandecesse a alma.

Essas são minhas impressões obtidas durante quase dois anos de pesquisa. Não obstante, se você está lendo este texto é provável que já esteja inserido na trama acadêmica e, portanto, seja tarde demais. Tarde demais para que eu compartilhe percepções de campo e campus e, acima de tudo, conclusões sobre as dinâmicas de poder e opressão que acontecem durante a formulação de uma dissertação de mestrado. Quisera eu que o manual do aluno incluísse a subjetividade da experiência como discente. Talvez com isso eu tivesse estado melhor advertida para as violências que marcam a trajetória de uma pesquisadora negra. São manifestações do racismo estrutural que se desenrolam no *scripto sensu* como uma venda casada da qual não se pode desvencilhar.

Tive, a exemplificar, que conviver com uma aluna especial descaradamente racista. Vou nomeá-la R. Nos dias mais inspirados, R. me interrompia incessantemente. Nos mais perversos, chegou a dizer que “a vida do branco também não estava nada fácil”. A meu ver, essa pessoa deveria ter sido convidada a se retirar. Mas não será surpresa caso, em 2024, o nome dela surja na lista de aprovados para o adentrar o mestrado. Nesse contexto, o pacto da branquitude se manifesta de forma não-verbal, sendo materializado no silêncio das testemunhas e na falta de medidas corretivas (BENTO, 2023). Cada estudante parece estar mais preocupado com a manutenção de suas vagas do que envolver-se em conflitos raciais. Essa é a sociedade que reconhece o racismo, mas não se reconhece racista (RIBEIRO, 2019).

Mais um caso ocorreu durante minha presença em uma disciplina onde o racismo científico e estrutural se mesclavam de modo a ser impossível diferenciar um do outro. Por meses assisti absorta a vídeos, depoimentos e conversas sobre ciência, tecnologia e sociedade sem que houvesse uma aparição ou menção sequer de pessoas negras. Era como se não existíssemos. Lá eu não existia. Pergunto-me como é possível dedicar-se a tamanho exercício que é ignorar marcadores importantes como raça, classe, gênero e etnia, para citar alguns, ao tratar de um tema que tem como princípio a conexão entre conhecimento e cotidiano. Como resultado, não só se ignora a forma como evoluções tecnocientíficas impactam o desenvolvimento humano de formas diferentes a depender do grupo social,

como deliberadamente excluí-se pessoas não brancas da História (WOODSON, 1933).

A transcendência veio não a partir de meios tradicionais de denúncia, muito embora elas tenham sido reportadas aos docentes responsáveis, mas graças ao meu quilombo acadêmico, formado por mulheres negras e aliadas que conheci em sala de aula. Juntas nos nutríamos de afeto, de escuta, de desabafos, trocávamos indicações de livros, ensinávamos umas as outras os significados daquilo que se perdia entre a aula dada e a informação retida e nos curávamos antes da disciplina seguinte. Essa é uma força negra feminina que não precisa ser referendada com nenhum referencial teórico que a chamele além de mim mesma, porque eu a sinto. E meu sentimento basta.

Quando Patricia Hill Collins (2016) exalta o poder criativo das pessoas consideradas forasteiras dentro da universidade, ela o faz para que tenhamos a consciência de que nosso lugar também proporciona uma visão valorosíssima. A referência que COLLINS traz, a *outsider within*, é uma metáfora sobre as mulheres negras trabalhadoras de lares estadunidenses onde, assim como no Brasil, elas são “quase da família”, vivem dentro, no centro da casa, mas nunca pertencendo. São e serão sempre alguém que veio de fora e que será mantido fora. Fora das regalias, dos direitos, da liberdade, da equidade e da relação de igual para igual (COLLINS, 2016, p. 99). Tomando como base o ensaio do sociólogo Georg Simmel (1921), a professora convida as pessoas consideradas à margem da academia a usufruírem desse lugar para observar padrões e dinâmicas que dificilmente seriam percebidas por alguém do centro, bem como formar confluências com outros tipos como diferentes, característica comum às pessoas marginalizadas.

No meu caso, ser uma forasteira que ouviu, não apenas uma vez, ter uma escrita boa, porém não acadêmica, me permitiu desistir de tentar copiar esse sotaque eurocêntrico dos textos científicos, deixando de buscar palavras facilmente identificáveis como acadêmicas e que comprovariam minha conexão com a área. Escrevo como sou. Acadêmica ou não. Minha experiência na pós-graduação parte do feminismo negro. Portanto é escrita de e por mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 101). Tal

afirmação se comprova em minha bibliografia onde nenhum nome de mulher negra é citado em vão. De Grada Kilomba (2020), como já foi dito, tiro a ousadia de apostar em novas linguagens que enalteçam vozes negras. De Lélia González (2020) aprendo sobre o que é o feminismo negro na prática e a razão dele nos salvar. Com Neusa Santos Souza torno-me cada vez mais negra. Graças a Conceição Evaristo obtenho a inspiração criativa da escrevivência. É ela quem me inspira a reportar minha história não para justificar, mas para enriquecer, conectar e traçar paralelos com o que está por vir. Da mesma forma, ouço, assisto e leio Beatriz Nascimento (2021) para conhecer nossa história contada por uma de nós. Cida Bento (2022) e Sueli Carneiro (2005) me aproximam das origens, consequências e saídas para o racismo no Brasil ao falarem sobre branquitude e dispositivos de racialidade, tal qual Patricia Hill Collins (2016) e bell hooks (2013) oferecem a versão da mulher negra do Norte Global.

Por fim, com Saidiya Hartman (2020) e Christina Sharpe (2023) tenho aprendido como não limitar meu discurso à dor, alimentando o prazer sádico de quem está acostumado com o cheiro do nosso suor e sangue. Me pego corrigindo frases e expressões próprias, de modo a não condicionar minha vivência a um eterno contra-ataque. Minha cabeça anda erguida entre os prédios com cores desbotadas pelo sol e instalações sem acesso para pessoas com deficiência da minha universidade. Sim, ela também é minha. Eu conquistei meu direito de estar ali. Sorrio cada vez que me dirijo até a sala de aula porque no percurso encontro invariavelmente com uma mulher negra. E ela sorri de volta para mim. Às vezes às voltas com a limpeza do banheiro, às vezes sentada no degrau da escada para se recuperar do calor do local de trabalho sem ventilação adequada. E falamos pouco. Mas sei que minha chegada a deixa feliz assim como a presença dela me alegra. E tão orgulhosa quanto ela me faz por executar com maestria um trabalho do qual ela depende e do qual dependemos nós principalmente, são as mulheres negras sentadas ao meu lado enquanto estudo, das literais e que posso tocar, às que me ensinam com suas palavras impressas em livros que poderiam ter sido escritos em quaisquer lugares onde uma mulher negra pudesse se recolher e sentar, até nos degraus da escada.

A pesquisa em si

Sendo um dos objetivos deste documento apresentar um relato de pesquisa, compartilho informações relevantes sobre a estrutura e encaminhamentos da minha dissertação vigente, construída em meio aos acontecimentos reportados aqui e sob influência da contestação de uma produção científica hegemônica. Com a finalidade de refletir acerca das (ex)pressões de mulheres negras ante a branquitude, reuni quatro narrativas autobiográficas, incluindo a minha, sobre as implicações de interlocuções conformadas pelo racismo. Tive como proposta analisar essas vivências a partir de teorias sobre racismo e questões raciais, de modo a discutir a comunicação de nós, mulheres negras, com a branquitude. O método incluiu a interpretação fenomenológica, observando-as não como se fossem dados, mas refletindo sobre como as situações foram descritas, como a interação entre nós – integrantes e eu – se deu e a subjetividade impressa nas entrevistas.

Para eleger as mulheres participantes optei por aquelas que não só se relacionam com a outra metade (branca) da população no convívio social, mas também profissional e/ou acadêmico. Como resultado da seleção, cada uma trabalha com questões relativas à luta e educação anti-racista, letramento racial, justiça social, equidade de gênero, raça e temas correlatos. Das três colaboradoras, apenas uma já compunha meu ciclo social anteriormente. O plano inicial era inscrever-me em eventos culturais afro-centrados para prospectar mulheres com essas descrições. Porém, uma série de confluências me levaram a conhecê-las sem que eu precisasse ativamente sair em busca delas. Bastou frequentar ações promovidas por movimentos negros em cidades próximas à região de Campinas, local onde está situado meu mestrado, para que essas conexões surgissem.

Com a aprovação do Comitê de ética em mãos, rapidamente pude convidá-las para as entrevistas. As perguntas foram divididas em três partes: biografia, atuação profissional e relatos sobre impressões gerais quanto a comunicação com a branquitude. A princípio, alguns temas centrais se mostraram recorrentes como colorismo, inadequação, estratégias de convivência, esgotamento mental, raiva e perseverança.

O propósito da pesquisa foi explorar o lugar de fala como possibilidade para que as mulheres negras participantes não sejam um mero objeto de estudo. Isso significa entregar-lhes autoridade para expressarem suas vivências, fugindo da armadilha colonial de terem suas histórias percebidas, não a partir de quem são, mas em comparação com outros (RIBEIRO, 2019). Para isso, renunciei a classificação prévia de suas experiências, correlacionando-as de modo a fazer emanar a subjetividade da mulher negra. Uma das constatações é a plena consciência dessas mulheres de que elas se orgulham em lucrar ensinando a branquitude como resolver um problema que eles mesmos criaram. Se por um lado os embates contra o racismo são dolorosos, por outro as estratégias adotadas não só possibilitam a restauração da dignidade como são a chance de dizer em alto e bom som aquilo que por anos nos impediram de verbalizar. E isso, sim, é a força da comunicação negra em sua mais pura essência.

(des)considerações finais

Dada as exigências e expectativas que se criam em torno do processo para obtenção do título de mestre, a experiência acadêmica proporcionada pelos cursos *stricto sensu* é universalmente desafiadora. Porém, corpos racializados são especialmente atravessados por condições adversas uma vez que, além dos enfrentamentos contra variadas formas de discriminação, ainda precisam subverter a ordem aparentemente natural das relações embrenhadas no racismo.

Entre as soluções listadas aqui como forma de evocar uma presença ancestral e capaz de transcender as estruturas que intencionam nos manter do lado de fora, a busca por referências de intelectualidades acadêmicas em cujos discursos eu pudesse me reconhecer foi o primeiro de muitos processos terapêuticos. Durante os embates que surgiram decorrentes da impossibilidade de se ignorar a diferença entre meu corpo e os demais, passei por processos de violência que ganharam uma dimensão insignificante diante das conexões formadas por forasteiras como eu. Esses aquilombamentos estudantis que saem da sala de aula para o bandejão e de lá para o mundo, são formas de compreender que resistimos há anos e talvez tenha chegado a hora de usufruir do simples fato de existir. Se antes buscávamos referências e representatividade, hoje esses elementos somos nós. Com isso, a melhor forma de honrar quem veio, quem virá e quem não pôde estar, é fazendo do espaço acadêmico um lugar de reinvenção de escrita, do modo de pensar e sem reprodução daquilo que foi propositalmente excludente. Em vez de queimar os grandes clássicos, concentremo-nos em escrever versões nossas. Mais do que reivindicar leitura de intelectuais negras, sejamos nós construtoras de epistemologias até que deixemos de chamá-las de decoloniais porque não serão mais referência ao que não queremos e sim apontamentos para a história que, por fim, será contada por quem de fato prevaleceu.

Monique dos Anjos é jornalista, escritora e mestranda em Divulgação Científica e Cultural pelo Laboratório de Jornalismo (Labjor) da Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa gênero, raça e classe, com recorte para mulheres negras e as subjetividades da comunicação ante a branquitude. Em paralelo, atua como consultora de comunicação antirracista em instituições de ensino e espaços corporativos alinhados aos preceitos de práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) e aos objetivos de desenvolvimento sustentáveis (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

FINANCIAMENTO: Não se aplica.

REFERÊNCIAS

AGAZZI, Evandro. Right, Wrong and Science. **The Ethical Dimensions of the Techno- Scientific Enterprise**. Craig Dilworth, 2016. Disponível em: <https://brill.com/display/title/30526>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**. 2000.

BENJAMIN, Ruha. **People's Science: Bodies and Rights on the Stem Cell Frontier**. Stanford University Press, 2013.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**, 2002. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2023.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras: São Paulo, 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 14 ago. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **O papel da ciência na construção do racismo**. Clarice Cudischevitch. Encontros Serrapilheira. 2019. Disponível em: <https://serrapilheira.org/o-papel-da-ciencia-na-construcao-do-racismo>. Acesso em: 15 ago. 2023

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. Editora Contexto: São Paulo, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. 1986. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 14 ago. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2000. Nova York e Londres: Routledge, 2000.

EVARISTO, Conceição (2017). **Becos da Memória**. 200p. Rio de Janeiro: Pallas.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, BA: EDUFBA. 2008

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global Editora, 2006.

HALL, Stuart. **Cultural Identity and Diaspora**, in Jonathan Rutherford (ed.) Identity, Community, Culture, Difference. London: Lawrence & Wishart Limited, 1990.

HALMOS, Paul R. **How to write mathematics**. Disponível em:

África (São Paulo, 1978, Online), São Paulo, n. 44, p. 1-19, 2023
<https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.i44pe215066>

<https://sites.math.washington.edu/~lind/Resources/Halmos.pdf>. Acesso em 28 set. 2023.

HARTMAN, Saidiya. **Vênus em dois atos**. Revista Eco-Pós, 23(3), 12–33. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29146/ecopos.v23i3.27640>. Acesso em 03 out. 2023.

HARTMAN, S. (entrevista a Patricia J. Saunders). Fugitive Dreams of Diaspora: conversations with Saidiya Hartman. **Anthurium: A Caribbean Studies Journal**, v. 6, n. 1, 2008

HOOKS, bell. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. 1990.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2022.

JESUS, Rodrigo Ednilson (Org.) **Reafirmando direitos: trajetória de estudantes cotistas negros(as) no ensino superior brasileiro**. Belo Horizonte. 2019

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Artes e Ensaios. Revista do Programa de pós-graduação em artes visuais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2023.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, n. 12, p. 169-203, 2010. Tradução. Disponível em: biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_TeoriaSocialERelacoesRaciaisNoBrasilContemporaneo.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

RATTS, Alex (Org.). **Beatriz Nascimento: Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Editora Jandaíra. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2019.

ROJAS, Nikki. **How Lucy, Betsey, and Anarcha became foremothers of gynecology**. The Harvard Gazette. 2023. Disponível em: <https://news.harvard.edu/gazette/story/2023/03/how-lucy-betsey-and-anarcha-became-foremothers-of-gynecology/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ROY, Deboleena. 2018. **Molecular Feminisms: biology, becomings and life in the lab**. University of Washington Press.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

SAID, Edward. **Oientalismo, O oriente como invenção do Ocidente**. Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, J. T. D.; QUEIROZ, D. M. O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012). In: SANTOS, J. T. (Org.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2013. p. 37-65.

SHARPE, Christina. **No vestígio: negridade e existência**. São Paulo: Ubu Editora, 2023

SIMMEL, Georg. The sociological significance of the “stranger”. In: PARK, Robert E.; BURGESS, Ernest W. (Eds.). **Introduction to the science of sociology**, p. 322-327. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Talita Leite. **Repertórios discursivos sobre cotas raciais e suas implicações no tratamento de alunos cotistas**. 2012. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

VALÉRIO, A. C. O., Bezerra, W. C., Santos, V. S., Leite Junior, J. D., Farias, M. N., & Santos, S. M. B. (2021). **Racismo e participação social na universidade: experiências de estudantes negras em cursos de saúde**. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 29, e3007